

CARTA POLÍTICA #190

21 de Fevereiro de 2020

“O episódio se deve a uma impotência dos Poderes constituídos em fazer a Constituição Federal ser respeitada no Brasil e a um canalha que transformou a República do Brasil em uma república de canalhas que se chama Jair Messias Bolsonaro”.

(Ciro Gomes)

A semana trouxe pressão renovada, por parte das forças de segurança do país, sobre os governadores. Muitos deles, em meio a uma profunda crise fiscal, se veem reféns das polícias civil e militar e dos bombeiros, que requisitam reajustes salariais e melhorias nos planos de carreira.

Dois casos chamam, particularmente, a atenção. O governador de Minas Gerais, Romeu Zema, concedeu um reajuste de 42% aos agentes de segurança pública, enquanto os professores do estado seguem em greve por não terem recebido o 13º salário. Já no Ceará, o motim dos policiais tomou proporções descomunais, o que rendeu um episódio no qual Cid Gomes, ao tentar interpelar os manifestantes com uma retroescavadeira, foi baleado. Movimentos semelhantes ocorrem em outros estados.

Resistir a greves de outras categorias é dramático, mas é particularmente problemático suportar a pressão da paralização das forças de segurança por muito tempo, especialmente nas vésperas do Carnaval. Com um espaço fiscal de manobra quase nulo, o desafio sobre as finanças dos Estados vai se tornando cada vez mais agudo.

Enquanto isso, em Brasília, Bolsonaro disse que Guedes fica até o fim do governo. A declaração causou estranheza, pois não circulava na imprensa nenhuma especulação a respeito de sua eventual saída. Surgiram teorias divergentes a respeito da origem de eventual “fritura” do ministro: se por parte de integrantes do próprio governo, se por parte do Congresso, se por uma “auto-imolação” do próprio Guedes. Ao fim, ele permaneceu no cargo, e Bolsonaro desmentiu boatos de que teria exigido ele próprio uma “meta de crescimento” para o país até Julho deste ano.

No âmbito das reformas, Bolsonaro já está com a proposta de Reforma Administrativa, feita pela Economia, em mãos. Guedes disse que o presidente a entregará ao Congresso até depois do Carnaval, após ajustes. É uma reforma dura por certamente antagonizar os funcionários públicos, e exista a expectativa de que o presidente talvez peça para que seja tornada, de alguma forma, mais branda. A conferir.